



MEIO CHEIO, OU MEIO VAZIO?

depende da leitura que se queira fazer

O SNTSF/FECTRANS, no seguimento do ofício enviado a solicitar reunião com o presidente da administração da CP, reuniu no passado dia 5, na sede da empresa, onde foram abordados os temas que continuamos a considerar os mais importantes, sendo o principal a urgência no aumento dos salários de todos os ferroviários.

O presidente afirmou que já não se verificava um aumento tão bom há muito tempo na empresa, nomeadamente desde 2010, apesar de concordar que ainda se poderia ir mais longe.

Da parte do SNTSF/FECTRANS existe uma grande discordância para tal afirmação porque grande parte dos trabalhadores receberam apenas 0,9% na tabela salarial e 0,14€ no subsídio de refeição em 2022.

Não tem comparação com a inflação verificada que fez com que os trabalhadores ficassem com menos salário no final do mês, bem como não se pode colocar no mesmo bolo a reintegração dos trabalhadores da ex. EMEF na CP, feita tardiamente, tal como o que resultou do Regulamento



Porta voz ou presidente? - Coincidimos com a necessidade de existir mais autonomia da CP e da própria administração na gestão da empresa, nomeadamente na aquisição de material ou equipamentos e no que concerne à negociação colectiva é o próprio Orçamento de Estado que dá suporte a isso.

O peso na balança será o dos trabalhadores - Foi-nos transmitido que brevemente será agendada uma reunião para dar início à negociação para o ano de 2023, e sobre a mesma não deixámos de alertar para a necessidade de cumprir o acordado com o SNTSF/FECTRANS sobre o melhoramento do Acordo de

Empresa e do Regulamento de Carreiras, para além do aumento dos salários.

Os trabalhadores não querem apenas as migalhas - Relembremos a urgência para algumas situações serem rectificadas e enumerámos alguns exemplos que podiam ser resolvidos imediatamente ou protocolarmente ou por deliberação, quer na carreira administrativa, comercial ou na manutenção e engenharia. A resposta é a mesma emanada pela tutela que vai fazendo eco, a de não ter orçamento ou de terem esgotado o “bolo” do qual só chega algumas migalhas aos trabalhadores. Entretanto aguardamos a marcação da reunião de conciliação que solicitámos à DGERT, Ministério do Trabalho.

Leia mais

É preciso ser uma empresa apelativa - Para além dos baixos salários praticados na empresa, falámos da necessidade da contratação de mais trabalhadores, bem como acabar com as empresas externas e as de trabalho temporário, nomeadamente ligando a isto a prioridade no aumento justo dos salários de forma a segurar os trabalhadores que têm saído da CP para outras empresas públicas ou privadas com garantia de um salário mais elevado.

Falou do recrutamento que tem existido na empresa, mas que para nós o problema está relacionado com a situação anterior e o sangramento de trabalhadores especializados. Informou-nos ainda, com alguns exemplos concretos, no objectivo de internalizar alguns serviços considerados permanentes ou de 1ª linha, enumerando alguns que já passaram para a CP nos últimos tempos.

Ainda há um longo caminho a percorrer sobre esta matéria e no combate à precariedade.

Os pedidos de transferência têm de ser atendidos e não geridos - Considerámos as transferências uma necessidade urgente em alguns casos, apesar de nos transmitirem que só as poderiam efectuar quando fossem abertos concursos.

Questionámos se é aceitável a supressão de comboios na linha do Algarve, por falta de trabalhadores como aconteceu a uma escala maior num passado recente estando trabalhadores a pedir deslocação para os locais em falta.

Quando o que é melhor se torna difícil - No âmbito formativo, questionámos para quando a reintegração dos trabalhadores da FERNAVE na CP? Apesar de nos terem informado numa reunião, um ano antes que era um tema que estava a ser considerado e poderia haver novidades em breve, nesta reunião fomos informados que foi constituído um grupo de trabalho para ver a viabilidade e a melhor forma para a sua concretização, nomeadamente com o próprio envolvimento dos trabalhadores. Uma medida que entendemos ter de ser concretizada salvaguardando a contratação colectiva a estes trabalhadores para além de ser uma mais valia para a própria CP na área formativa dos seus próprios trabalhadores e os de outras empresas.

É preciso não continuar a esquecer os trabalhadores - Abordámos o papel da CP como empresa pública e o serviço ferroviário que presta ao país, nos investimentos que tem vindo a ser anunciados para o sector, a aquisição do material circulante e o enquadramento dos trabalhadores neste processo.

A entrega das Unidades regionais com previsão para o final de 2025 e 2026 e as 117 estão previstas para começar em 2026/2027 e até 2029/2030.

Apesar da montagem do novo material circulante em parte não ser feita na empresa, mas de ter existido a garantia da manutenção do novo ser feita pela CP, não deixamos de ter a preocupação que realmente isso aconteça.

A conclusão da electrificação da linha do Algarve, prevista para Abril de 2024, vai implicar a adaptação do serviço, bem como o alargamento da oficina em V. R. de Santo António e a formação dos trabalhadores garantindo-se assim a continuidade dos postos de trabalho.

Todos os investimentos têm de ter em conta os trabalhadores e os utentes, para em conjunto dinamizar a economia no país.

Actualização intercalar desde 1 de Janeiro de 2022 igual à diferença do que foi aplicado e o resultado da inflação anual!

Aumento dos salários a partir de 1 de Janeiro de 2023, igual a 10%, garantindo-se 100€ de aumento por trabalhador!

Aumento do subsídio de refeição ao longo do ano de 2023, de modo a atingir-se o valor de 10€!

Redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais!

**AUMENTO
GERAL DOS
SALÁRIOS**

**É UMA
EMERGÊNCIA
NACIONAL!**

JUNTOS

temos mais força

SINDICALIZA-TE